



Veredas e construções de uma política nacional de museus

I - Raízes da imaginação museal no Brasil

A mais antiga experiência museológica de que se tem notícia no Brasil remonta ao século XVII e foi desenvolvida durante o período da dominação holandesa, em Pernambuco. Consistiu na implantação de um museu (incluindo jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico) no grande parque do Palácio de Vrijburg. Mais adiante, já na segunda metade do século XVIII, no Rio de Janeiro, surgiria a famosa Casa de Xavier dos Pássaros – na verdade, um museu de história natural – cuja existência prolongou-se até o início do século XIX.

Ainda que essas duas experiências museológicas não tenham se perpetuado, elas são ainda hoje notáveis evidências de que, pela via dos museus, ações de caráter preservacionista foram levadas a efeito durante o período colonial. De qualquer modo, acontecimentos museais capazes de se enraizar na vida social e cultural brasileira só seriam perpetrados após a chegada da família real portuguesa, em 1808, um marco sem precedentes. É nesse quadro que, em 1818, foi criado o Museu Real, hoje Museu Nacional da Quinta da Boa Vista e, em 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

Em 1826, quatro anos depois da Independência, foi inaugurado o primeiro salão da Academia Imperial de Belas Artes (que, a rigor, pode ser considerado um dos antecedentes do atual Museu Nacional de Belas Artes).

De modo gradativo, a imaginação museal no Brasil foi se construindo com as experiências desenvolvidas no século XIX, sobretudo a partir de sua segunda metade. Nesse sentido, merecem destaque a criação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), do Museu do Exército (1864), da Sociedade Filomática (1866) – que daria origem ao Museu Paraense Emílio Goeldi – do Museu da Marinha (1868), do Museu Paranaense (1876) e do Museu Paulista (1895).

Este breve esboço da constituição da imaginação museal no Brasil permite compreender que, mesmo antes do surgimento das universidades e dos institutos públicos de preservação do patrimônio cultural, os museus já exerciam as funções de pesquisa, preservação, comunicação patrimonial, formação e capacitação profissional.

II – Institucionalização do campo museal no Brasil

Durante as comemorações do Centenário da Independência foi criado, no Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional. Esse gesto emblemático de criação de um museu de história foi uma novidade, embora não fosse, como alguns autores pretendem, um “divisor de águas”: a rigor, ele vinha preencher uma lacuna identificada no século anterior. Se existem gestos divisores de águas no campo museal, eles encontram-se na criação do Curso de Museus (1932) e na criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934), dois acontecimentos produzidos no âmbito do Museu Histórico Nacional. O primeiro foi responsável pela institucionalização da museologia e dos estudos de museus no Brasil, o segundo, um dos principais antecedentes do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1936.

Importa reconhecer que a Inspetoria de Monumentos Nacionais, criada em 1934, realizou um trabalho pioneiro de inventário, identificação, conservação e restauração de bens tangíveis na cidade de Ouro Preto, elevada, por decreto, em 1933, à categoria de Monumento Nacional. A intenção explícita desse reconhecimento é destacar que o primeiro organismo federal institucionalizado de proteção do patrimônio monumental brasileiro foi criado, coordenado e colocado em movimento a partir de um museu. Esse reconhecimento, no entanto, não deve servir para obliterar a compreensão da importância que os museus tinham no anteprojeto que Mário de Andrade elaborou, em 1936, para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN). Nesse e em outros documentos, Mário de Andrade valoriza os pequenos museus, os museus populares, os museus como espaços privilegiados da res pública e também a dimensão educacional dos museus.

Novos e diversificados museus privados, públicos e mistos foram criados a partir dos anos 30, na esteira da modernização e do fortalecimento do Estado, que passou, então, a interferir diretamente na vida social, nas relações de trabalho e nos campos de educação, de saúde e de cultura. A notável proliferação de museus ini-

ciada naquela década prolongou-se e ampliou-se nos anos 40 e 50, atravessou a Segunda Guerra Mundial e a denominada Era Vargas, atingindo, com vigor, os chamados anos dourados. É importante registrar que essa proliferação não se traduziu apenas em termos de quantidade; ela trouxe uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo.

No intervalo entre as duas grandes guerras mundiais, com os laços de dependência internacional mais flexibilizados, foi possível criar instituições e desenvolver práticas preservacionistas de caráter nacional. Assim, é compreensível que, logo após o final da Segunda Grande Guerra, em 1946, fosse criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), uma organização não-governamental ligada à Unesco. Nessa ocasião, o jovem museólogo Mário Barata¹, egresso do Curso de Museus e beneficiado com uma bolsa de estudos internacionais, encontrava-se em Paris e participou diretamente da criação do ICOM. A presença de Barata nesse acontecimento e o seu contato imediato com instituições brasileiras, por intermédio de jovens museólogas de sua geração, foi decisivo para que no mesmo ano fosse criada no Brasil a representação nacional do ICOM². Essa criação condensava e explicitava o desejo de diversos pro-

1. O professor Mário Barata, possivelmente o único participante ainda vivo do memorável encontro que deu origem ao ICOM, nasceu em 1920 e continua em plena atividade intelectual.

2. Os três primeiros presidentes da representação nacional do ICOM foram Oswaldo Teixeira (diretor do Museu Nacional de Belas Artes), Rodrigo Melo Franco de Andrade (presidente do IPHAN) e Heloísa Alberto Torres (diretora do Museu Nacional).

fissionais de museus espalhados pelo país na atualização do campo museal e na intensificação do intercâmbio cultural, técnico e científico com outros países, especialmente com a França e os Estados Unidos da América.

Entre os anos 40 e 50 a museologia se consolidou no Brasil com a publicação de livros que se tornaram clássicos³, com a afirmação da diversidade museal e com a criação de museus como os de Arte Moderna, de Imagens do Inconsciente, do Índio e de tantos outros.

Em 1956, foi realizado em Ouro Preto o I^o Congresso Nacional de Museus e, em 1958, no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, aconteceu o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus⁴. Estes dois grandes encontros desempenharam papéis seminais na profissionalização da museologia e na consagração da perspectiva pedagógica nos museus brasileiros.

Na década seguinte, em 1963, foi criada a Associação Brasileira de Museologistas, atual Associação Brasileira de Museologia, responsável pela realização de inúmeros fóruns, congressos, seminários, encontros e debates, e principal agente de mobilização na luta pela regulamentação da profissão de museólogo – o que

viria a acontecer em 1984.

Em 1976, foi realizado em Recife o I^o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus. Desse encontro resultou um documento denominado Subsídios para Implantação de uma Política Museológica Brasileira⁵, publicado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e, durante longo tempo, utilizado na orientação de projetos. Três anos depois desse famoso encontro realizado em Pernambuco seria criada por Aloísio Magalhães a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que abrigou, durante aproximadamente uma década, um conjunto expressivo de museus não atendidos pela política cultural da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Foi no âmbito da FNPM que, em 1983, instalou-se o Programa Nacional de Museus, que desenvolveu projetos especiais visando à revitalização dos museus brasileiros.

O panorama museológico entre os anos 70 e 80 estava em ebulição e compunha-se de novas idéias, encontros, debates e novas propostas de uma museologia ativa, participativa e democrática. Na esteira das discussões de política museológica surgiria, em 1986, o Sistema Nacional de Museus. Seu objetivo: articular e apoiar financeiramente projetos museológicos.

Os documentos produzidos em 1972, (durante a Mesa Redonda de Santiago do Chile), e em 1984, (durante a reunião internacional de Quebec), produziram impactos teóricos e práticos no Brasil. Os desafios de pensar e desenvolver práticas de uma museologia popular e comunitária e os desafios de refletir e agir sobre o patrimônio, considerando-o como agente de mediação, foram assumidos por praticantes da museologia.

Mesmo depois de alguns avanços, no início dos anos 90 a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram extintas e, em substituição, foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Nessa ocasião, os museus dessas instituições foram esquecidos e deixados de fora da nova estrutura. Após algum tempo, percebido o dramático equívoco, foram incorporados, por meio de artifício administrativo, ao IBPC, posteriormente denominado IPHAN.

De modo notável, a trajetória dos museus no Brasil indica, que as ações de comunicação, pesquisa e preservação do patrimônio cultural madrugaram nessas instituições que, concretamente, existem no tempo presente. As relações entre os museus e o patrimônio não nasceram e

3. Alguns exemplos: *Anais do Museu Histórico Nacional*, publicação iniciada em 1940; *Introdução à Técnica de Museus*, de Gustavo Barroso, publicado em 1946, 1947 e 1951; *Museus do Brasil*, de Heloísa Alberto Torres, publicado em 1953; *Museu e Educação*, de F. dos Santos Trigueiros, publicado em 1955 e 1958; *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*, de Guy de Holanda, publicado em 1958.

4. Seminário coordenado por George Henri Rivière, que, na ocasião, era presidente do ICOM.

5. O documento em questão foi construído com base nas orientações e nos debates dos dirigentes de museus, sobretudo dos grandes museus públicos, presentes ao Encontro e por isso mesmo, não reflete o estado de ebulição da museologia da época.



não se esgotaram no século XX. Esse entendimento favorece a compreensão de que as categorias museu e patrimônio podem ser consideradas como campos complementares e, por isso mesmo, uma não se reduz obrigatoriamente à outra. Em outras palavras: os museus não são apêndices do campo patrimonial; eles constituem práticas sociais específicas, com trajetórias próprias, com mitos fundadores peculiares. Sem dúvida, é possível pensar que estão inseridos no campo patrimonial, mas, ainda assim, é forçoso reconhecer que têm contribuído freqüentemente, de dentro para fora e de fora para dentro, para forçar as portas e dilatar o domínio patrimonial. Ao contribuir para a constituição e a dilatação do domínio patrimonial, o campo museal se vê igualmente forçado a dilatar e reorganizar os seus próprios limites, especialmente a partir das suas práticas de mediação. Esse fenômeno, passível de ser observado após a Segunda Grande Guerra e, sobretudo, após as guerras coloniais, ganha ainda maior nitidez nos anos 80, com os desdobramentos da chama-

da Nova Museologia.

O Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM), que se organizou nos anos 80 a partir dos flancos abertos no corpo da museologia clássica nos anos 70 – tanto pela Mesa Redonda de Santiago do Chile, quanto pelas experiências museais desenvolvidas no México, na França, na Suíça, em Portugal, no Canadá e um pouco por todo o mundo – viria também configurar um novo conjunto de forças capazes de dilatar, ao mesmo tempo, o campo museal e a paisagem patrimonial. Por essa época, no Brasil destacou-se em termos teóricos e práticos o trabalho de Waldisa Russio, inovador, ousado e inspirador de uma museologia popular, politicamente engajada e comprometida com os processos de transformação social.

A musealização, como prática social específica, derramou-se para fora dos museus institucionalizados. Tudo passou a ser museável (ou passível de musealização), ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado. A imaginação museal e seus desdobramentos (museológicos e

museográficos) passaram a poder ser lidos em qualquer parte onde estivesse em questão um jogo de representações de memórias corporificadas. Casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, músicas, minas de carvão, cemitérios, gestos, campos de concentração, sítios arqueológicos, notícias, planetários, jardins botânicos, festas populares, reservas biológicas – tudo isso poderia receber o impacto de um olhar museológico.

Os museus conquistaram notável centralidade no panorama político e cultural do mundo contemporâneo. Deixaram de ser compreendidos por setores da política e da intelectualidade brasileira apenas como casas onde se guardam relíquias de um certo passado ou, na melhor das hipóteses, como lugares de interesse secundário do ponto de vista sociocultural. Eles passaram a ser percebidos como práticas sociais complexas, que se desenvolvem no presente, para o presente e para o futuro, como centros (ou pontos) envolvidos com criação, comunicação, produção de conhecimentos e preservação de bens e manifestações culturais. Por tudo isso, o interesse político nesse território simbólico está em franca expansão.

O esforço para tentar imaginar um museu de um “tipo novo” e, ao mesmo tempo, sistematizar as novas práticas, sublinhando as diferenças em relação a outros modelos teóricos, levou Hugues de Varine, ainda nos anos 70, a desenhar uma concepção de

museu que substituísse as noções de público, coleção e edifício pelas de população local, patrimônio comunitário e território ou meio ambiente.

III – O exercício de uma nova imaginação museal

Os museus brasileiros estão em movimento. Por isso, interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles, apesar deles, contra eles e a partir deles no âmbito de uma política pública de cultura.

Em comemoração aos 30 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile, em maio de 2002, foi realizado na cidade do Rio Grande/RS o

8º Fórum Estadual de Museus, sob o tema “Museus e globalização”, ocasião em que foi elaborada e divulgada a “Carta do Rio Grande”. Ainda em 2002, o Conselho Federal de Museologia (COFEM) elaborou e divulgou o documento denominado “Imaginação museal a serviço da cultura”. Estes dois documentos informariam a Política Nacional de Museus.

O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva empossado em janeiro de 2003 estabeleceu novos marcos conceituais e práticos para o Ministério da Cultura (MinC), sob a gestão do Ministro Gilberto Gil, além de desenvolver um plano de implementação de políticas públicas sem precedentes na história do Bra-

sil contemporâneo. Não há exagero quando se diz que, na atual gestão, o MinC foi recriado e refundado e passou a ter efetivamente estatura e envergadura de Ministério.

Compreendendo a importância dos museus na vida cultural e social brasileira, o MinC criou a Coordenação de Museus e Artes Plásticas vinculada à Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e, por seu intermédio, convidou a comunidade museológica para participar democrática-

mente da construção de uma política pública voltada para o setor. Um dos frutos dessa ação inédita foi o lançamento da Política Nacional de Museus, em 16 de maio de 2003, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Ainda que a Política Nacional de Museus tenha sido lançada como um documento, avaliado e amparado pelo Estado republicano, o segredo do seu funcionamento está no seu caráter de movimento social, de ação que extrapola as molduras políticas convencionais.

Em termos metodológicos, o processo de construção da Política Nacional de Museus foi dividido em quatro etapas:

1 – Elaboração de um documento básico para discussão geral com a participação de representantes de entidades e organizações museológicas e universidades, além de profissionais de destacada atuação na área. Esse documento levou em conta a “Carta de Rio Grande” e o texto “Imaginação museal a serviço da Cultura”, anteriormente citados.

2 – Apresentação e debate público do documento básico, em reuniões ampliadas, no Rio de Janeiro e em Brasília, entre 23 e 27 de março de 2003, com a participação de diretores de museus, representantes das secretarias estaduais e municipais de cultura, professores de universidades,

representantes de entidades e organizações museológicas de âmbito nacional e internacional. Mais de uma centena de pessoas.

3 – Ampla disseminação e discussão do documento básico por meio eletrônico e reuniões presenciais. Profissionais de museus de diferentes áreas do conhecimento, professores, estudantes, aposentados, pesquisadores, técnicos, gestores culturais, líderes comunitários, políticos, educadores, jornalistas e artistas – enfim, todos os interessados em participar do debate – puderam contribuir livre e democraticamente para o aprimoramento da proposta inicial. Além das múltiplas e expressivas contribuições nacionais, o documento contou também com a leitura crítica, atenta e sugestiva de profissionais que atuam na França, na Holanda e em Portugal.

4 – Finalmente, uma equipe mista, formada por representantes do poder público e da sociedade civil, consolidou as diferentes sugestões e apresentou uma nova versão para o documento inicial. Essa versão foi mais uma vez submetida ao debate por meio eletrônico, corrigida, ajustada, aprovada, publicada e lançada no outono de 2003.

Um dos resultados dessa ampla consulta foi o entendimento museus como práticas e processos socio-culturais colocados a serviço da so-

cidade e do seu desenvolvimento, politicamente comprometidos com a gestão democrática e participativa e museologicamente voltados para as ações de investigação e interpretação, registro e preservação cultural, comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza, com o objetivo de ampliar o campo das possibilidades de construção identitária e a percepção crítica acerca da realidade cultural brasileira.

Os princípios adotados na orientação da Política Nacional de Museus foram os seguintes:

1 – Estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus, visando à democratização das instituições e do acesso aos bens culturais.

2 – Valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local.

3 – Desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro.

4 – Reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades organizadas de participar, com técnicos e gestores culturais, dos processos de registro e proteção legal e dos

procedimentos técnicos e políticos de definição do patrimônio a ser musealizado.

5 – Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural.

6 – Incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização.

7 – Respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afro-descendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades.

Uma vez apresentados os objetivos, a rede de parcerias e os princípios orientadores da Política Nacional de Museus, o documento, consolidado após muito debate, identificou sete Eixos Programáticos capazes de aglutinar, orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas:

1 – Gestão e Configuração do Campo Museológico, com a implementação do Sistema Brasileiro de Museus, o incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus, a criação do Cadastro Nacional de Museus, o aperfeiçoamento de legislação concernente ao setor, a integração de diferentes instâncias governa-

mentais envolvidas com a gestão de patrimônios culturais musealizados, a criação de pólos museais regionalizados, a participação de comunidades indígenas e afro-descendentes no gerenciamento e na promoção de seus patrimônios culturais e o estabelecimento de planos de carreira, seguidos de concursos públicos específicos para atender às diferentes necessidades das profissões museais, entre outras ações.

2 – Democratização e Acesso aos Bens Culturais, que comportava principalmente as ações de criação de redes de informação entre os museus brasileiros e seus profissionais, o estímulo e apoio ao desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus, a criação de programas destinados a uma maior inserção do patrimônio cultural musealizado na vida social contemporânea, além do apoio à realização de eventos multi-institucionais, à circulação de exposições museológicas, à publicação da produção intelectual específica dos museus e da museologia e às ações de democratização do acesso aos museus.

3 – Formação e Capacitação de Recursos Humanos, que tratava fundamentalmente: das ações de criação e implementação de um programa de formação e capacitação em museus e em museologia; da ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-

graduação, além de cursos técnicos e de oficinas de extensão; da inclusão de conteúdos e disciplinas referentes ao uso educacional dos museus e dos patrimônios culturais nos currículos dos ensinos fundamental e médio; da criação de pólos de capacitação e de equipes volantes capazes de atuar em âmbito nacional; e do desenvolvimento de programas de estágio em museus brasileiros e estrangeiros, entre outras ações.

4 – Informatização de Museus, destacando-se a criação de políticas de apoio aos processos de desenvolvimento de sistemas informatizados de documentação e gestão de acervos, ao estímulo de projetos para disponibilização de informações sobre museus em mídias eletrônicas e ao apoio aos projetos institucionais de transferência de tecnologias para outras instituições de memória.

5 – Modernização de Infra-Estruturas Museológicas, abrangendo a realização de obras de manutenção, adaptação, climatização e segurança de imóveis que abrigam acervos musealizados, bem como projetos de modernização das instalações de reservas técnicas e de laboratórios de restauração e conservação. Também estavam previstos o estímulo à modernização e à produção de exposições, o incentivo a projetos de pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias de conservação,

documentação e comunicação.

6 – Financiamento e Fomento para Museus, enfatizando a constituição de políticas de fomento e difusão da produção cultural e científica dos museus nacionais, estaduais e municipais; o estabelecimento de parcerias entre as diversas esferas do poder público e a iniciativa privada, de modo a promover a valorização e a sustentabilidade do patrimônio cultural musealizado; a criação de um Fundo de Amparo para o patrimônio cultural e os museus brasileiros; o desenvolvimento de programas de qualificação de museus junto ao CNPq, à Capes e às Fundações de Amparo à Pesquisa; e o aperfeiçoamento da legislação de incentivo fiscal, visando à democratização e à distribuição mais harmônica dos recursos aplicados ao patrimônio cultural musealizado.

7 – Aquisição e Gerenciamento de Acervos Culturais, voltado para a criação de um programa de políticas integradas de permuta, aquisição, documentação, pesquisa, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos de comunidades indígenas, afro-descendentes e das diversas etnias constitutivas da sociedade brasileira, além do estabelecimento de critérios de apoio e financiamento às ações de conservação e restauração de bens culturais e do apoio às instâncias nacionais e internacionais

de fiscalização e controle do tráfico ilícito de bens culturais, assim como às ações e dispositivos legais de reconhecimento, salvaguarda e proteção dos bens culturais vinculados à história e à memória social de interesse local, regional ou nacional.

Da mesma forma que a construção do texto que fundamenta a Política Nacional de Museus foi resultado de uma ação democrática e participativa, sua implementação também vem sendo conduzida pelos mesmos princípios. A Política Nacional de Museus está disseminada por todo o território nacional e vem, de forma sistemática, se enraizando na vida cultural brasileira. Sua capilaridade é notável: em todas as unidades federativas existem agentes sintonizados e comprometidos com o seu desenvolvimento. Além disso, ações de capacitação e formação profissional estão sendo realizadas por todo o país; o Programa de Formação e Capacitação, ao longo de quatro anos, atendeu mais de 10 mil profissionais e estudantes; sistemas estaduais de museus estão sendo criados ou revitalizados; fóruns, seminários, jornadas e encontros são levados a efeito por todo o canto. Os museus estão mesmo em movimento e, parafraseando Oswald de Andrade, o poeta antropofágico, podemos dizer: “só a museologia nos une”.

Um dos primeiros desdobramentos da Política Nacional de Museus foi a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) no âmbito do IPHAN, em 2003. A singularidade do conjunto de museus do IPHAN e a inexistência formal de um setor na área federal voltado às ações no campo da museologia, eram motivos suficientes para a criação do DEMU. Apesar de tudo isso, as gestões anteriores no MinC não tiveram sensibilidade para mudar esta realidade.

O surgimento do DEMU no cenário museal brasileiro acarretou, de imediato, o fortalecimento de todos os museus do MinC. Na sequência deste processo, foi criado o Sistema Brasileiro de Museus, outra ação fundamental para a implantação da Política Nacional de Museus.

Como consequência do exercício de uma nova imaginação museal e contando com o estímulo e a parceria direta do DEMU, estão sendo criados por todo o país, numa escala surpreendente, novos cursos de graduação e pós-graduação em museologia. Durante aproximadamente 40 anos, apenas a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) formava museólogos no país. Em 1970, surgiu um segundo curso, em Salvador, vinculado à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Até 2003, estes eram os dois

únicos cursos de graduação em museologia existentes no Brasil.

Atualmente, estão em funcionamento um curso de pós-graduação ao nível de mestrado⁶ e cinco cursos de graduação vinculados às seguintes instituições: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Fundação Educacional Barriga Verde (FEBAVE) e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Estão em fase de implantação pelo menos outros quatro cursos: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Os investimentos em cursos de formação merecem uma especial atenção por, pelo menos, três bons motivos: eles representam a possibilidade de acolhimento de vocações orientadas para os estudos sobre museus, memória, patrimônio, paisagens culturais e territórios musealizados; indicam a configuração de um cenário propício para o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e práticas; e apontam para o amadurecimento da museologia brasileira.

Desde a sua criação, em 2003, o DEMU chamou para si a responsabilidade pela elaboração do mapeamen-

6. O Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio (nível mestrado) foi criado em 2006 pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast).

to censitário dos museus no Brasil. Em 2005, o projeto do Cadastro Nacional dos Museus foi iniciado com recursos disponibilizados pelo Ministério da Cultura da Espanha por intermédio da Organização dos Estados Ibero-Americanos. Os dados até agora levantados são surpreendentes.

O Brasil iniciou o século XX com cerca de 12 museus e chegou ao século XXI, de acordo com os dados do Cadastro, com 2.208 unidades museológicas. Registre-se, no entanto, que o processo de mapeamento e cadastro dessas instituições ainda não está concluído e que, por isso mesmo, o número dos museus existentes no país ainda poderá ser aumentado. Estes dados já nos permitem compreender que no Brasil, diferentemente da Europa, o século dos museus é o século XX e não o XIX.

Os mais de dois mil museus que hoje existem no Brasil são instituições públicas e privadas, visitadas por 20 milhões de pessoas por ano, e que geram mais de dez mil empregos diretos. Isso demonstra a importância da área para o desenvolvimento do país.

Um desafio e uma conquista fundamentais para a consolidação da Política Nacional de Museus foi a criação de instrumentos de fomento e financiamento diversificados com critérios públicos de seleção de projetos. Foi nesse sentido que o MinC e demais órgãos federais estabeleceram políticas de financiamento e fomento a museus, via Fundo Nacional de Cultura, Mecenato e Editais

como os de Modernização de Museus (IPHAN/MinC), Adoção de Entidades Culturais (CEF), Preservação de Acervos (BNDES) e Apoio à Cultura-Patrimônio (Petrobras).

Uma das primeiras ações implementadas pelo DEMU foi a reformulação do programa de financiamento denominado Museu: Memória e Cidadania, cujo alcance, anteriormente restrito aos museus federais, passou a abranger todos os museus brasileiros a partir de 2004.

Essas ações possibilitaram que instituições de todo o país tivessem mecanismos de financiamento de seus projetos, levando em conta critérios como impacto regional e institucional, relevância dos acervos, localidade e tamanho. O processo democratizou e descentralizou o financiamento público da cultura. Isso possibilitou a inúmeras instituições, na perspectiva de qualificação dos espaços museológicos, modernizar suas estruturas, garantindo o processo de preservação da memória nacional sob a guarda dos museus.

O crescimento extraordinário dos museus, aliado ao interesse dos movimentos sociais pelas práticas museológicas contemporâneas, justificam e exigem investimentos e políticas públicas específicas para o setor. Esse foi, e continua sendo, o desafio da Política Nacional de Museus: implementar ações de fomento com foco nos médios e pequenos museus brasileiros, além de facilitar e democratizar o acesso destas instituições aos recur-

sos orçamentários destinados à área. O enfrentamento desse desafio, de acordo com as orientações do MinC, permitiu que a Política de Museus alcançasse uma dimensão efetivamente nacional e pública.

IV – Modelo de gestão da Política Nacional de Museus

Como foi indicado, a Política Nacional de Museus foi construída com base em uma metodologia que estimulou a participação de múltiplos atores sociais. Reuniões presenciais sistemáticas e entusiasmados debates por correio eletrônico permitiram que fosse desenhado um cenário nacional dos museus, trazendo à tona os pontos fortes e as oportunidades, os pontos críticos e as ameaças.

No cenário citado, em termos de pontos fortes e oportunidades, destacam-se:

- a diversidade e a capilaridade museal;
- a forte inserção dos museus nas comunidades locais;
- o expressivo leque de serviços disponibilizados ao público, com atenção para os programas educativos e as exposições temáticas de curta, média e longa duração;
- a presença, em alguns museus, de equipes altamente qualificadas, equipamentos modernos e práticas museais exemplares;
- relevantes exemplos de documentação e gestão de coleções, bem como de capacitação do corpo

técnico dos museus;

- ampla rede de apoio e colaboração nacional e internacional.

Em termos de pontos críticos e ameaças, destacam-se:

- a precariedade de nível jurídico e administrativo de muitos museus;
- a falta de eficácia nos procedimentos técnicos de documentação e gestão de acervos;
- a carência de políticas de segurança e conservação preventiva;
- a fragilidade dos instrumentos de gestão dos museus e o desempenho pouco eficaz da sua função social;
- a pouca valorização da função pesquisa;
- coleções deficientemente inventariadas, conservadas, estudadas e divulgadas;
- a baixa ocorrência de periódicos especializados para a divulgação da produção de conhecimento e práticas museais.

O modelo de gestão delineado pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN tratou de operar sobre o cenário acima referido e buscou superar dificuldades e ameaças e, ao mesmo tempo, corroborar os pontos fortes e as oportunidades. Nesse sentido, foi construído um modelo de gestão que, graficamente, pode ser representado por meio do quadro ao lado.

O modelo de gestão, como se vê, envolve três instrumentos de operação:

Instrumentos institucionais: referem-se à organização institucional do setor museológico, o que envolve a criação do Sistema Brasileiro de Museus, do Cadastro Nacional de Museus, do Observatório de Museus e Centros Culturais e do Instituto Brasileiro de Museus com a definição de uma legislação específica para o campo museal, o Estatuto de Museus.

Instrumentos de fomento: referem-se aos dispositivos políticos e administrativos que foram pensados e desenvolvidos visando à revitalização dos museus, tais como o Programa Museu Memória e Cidadania, os editais do MinC, do Banco Nacional do Desenvolvimento Social, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, além das leis de incentivo à cultura e

dos programas estaduais e municipais de apoio a museus.

Instrumentos de democratização: referem-se à formação de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais. O Sistema Brasileiro de Museus, por sua capacidade de aglutinação e articulação de entidades e atores sociais, é um dos pontos de destaque dessa rede. Outros instrumentos de democratização são as redes temáticas, o lançamento de editais, os programas de capacitação e formação profissional, o programa de cooperação internacional desenvolvido com a Espanha e com Portugal, a realização de fóruns estaduais e municipais de museus e a criação e a revitalização de sistemas estaduais e municipais de museus.

Modelo de gestão da Política Nacional de Museus





Sala de exposição do Museu da Maré

V – Museus: abrigos do que fomos e somos, inspiração do que seremos

Walter Benjamin acredita que os museus são casas e “espaços que suscitam sonhos”⁷, André Malraux, por seu turno, considera que os museus são locais que “proporcionam a mais elevada idéia do homem”⁸. De um modo e de outro, fica patente a dimensão de humanidade dos museus: eles não são apenas casas que conservam e preservam vestígios e sobejos do passado; também são fontes de sonho e de criatividade e pontes que nos conectam com o futuro – um futuro que muitas vezes desperta no passado.

Essas palavras têm o objetivo de sublinhar a necessidade de uma atenção especial para os museus, uma atenção que se traduza num projeto concreto de valorização dos museus, sem perder a perspectiva crítica. No que se refere à Política Nacional de Museus, esse projeto (ou sonho coletivo) está associado ao plano de criação do Instituto Brasileiro de Museus, incluído na agenda do governo federal.

A criação do Instituto será o marco de uma política pública que vem sendo trabalhada desde o início da atual gestão do Ministério da Cultura. Além disso, será também reconhecimento efetivo de que a especificidade do campo museal requer e justifica, so-

bretudo no mundo contemporâneo, um campo próprio de institucionalização. A vitalidade desse campo decorre de sua capacidade *sui generis* de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; localidade, nacionalidade e universalidade. Hoje, o centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus.

Ao longo dos últimos quatro anos a equipe do DEMU aplicou-se com determinação na construção do anteprojeto de lei para a criação do IBRAM. Esse anteprojeto foi discutido por equipes técnicas e administrativas, no âmbito dos museus federais; foi examinado por equipes especializadas em planejamento e gestão pública e hoje se encontra pronto para aprovação e implantação.

Em termos operacionais, o IBRAM será uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MinC, atuando em sintonia com o Sistema Brasileiro de Museus. De sua estrutura farão parte os museus atualmente ligados ao IPHAN, além de outras unidades mu-

7. Ver BENJAMIN, Walter. Espaços que suscitam sonhos, museu, pavilhões de fontes hidrominerais. In: CHAGAS, Mário (org.) Revista do Patrimônio: Museus, Antropofagia da Memória e do Patrimônio, n. 31/2005. IPHAN, Brasília, p. 132-147.

8. Ver MALRAUX, André. O Museu Imaginário. Lisboa: Edições 70, 2000. p. 12.

seológicas associadas por convênios, acordos e outros dispositivos legais.

O IBRAM é um desejo antigo que gradualmente vai se realizando. Assim como os museus, ele suscita sonhos, abriga a nossa humanidade e nos projeta no futuro, sem que com isso se perca o pé do presente. Os museus e a museologia no Brasil estão mesmo em movimento, estão na dança e em mudança e, por isso, estão enfrentando e superando desafios, alcançando e ressignificando objetivos.

Embora o Ministério da Cultura, por intermédio do DEMU tenha sido inegavelmente vetor de mudanças, não se deve desconsiderar a presença de outros vetores igualmente importantes. É preciso reconhecer que havia muita demanda represada, um anelo antigo de atores sociais e instituições museais interessados na elaboração e na implantação de uma política museológica para o Brasil – não de uma política qualquer, mas de uma política qualificada, democrática, participativa e cidadã, construída com o trabalho, a energia e a vitalidade de muitos. Esta conjugação de vetores resultou num clima bastante favorável.

A coroação de quatro anos de trabalho intenso, mas também muito prazeroso e alegre, aconteceu com o projeto de lei aprovado pelo Con-

gresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, declarando e consagrando o ano de 2006 como Ano Nacional dos Museus.

O sucesso dos quatro primeiros anos de implantação da Política Nacional de Museus aumentou a responsabilidade do MinC. Um dos mais graves problemas das políticas públicas de cultura tem sido a descontinuidade das ações e a perda das conquistas alcançadas, o que tem produzido um ambiente de desconfiança e descrença. Por tudo isso, preservar o caráter participativo e democrático da atual Política de Museus é fundamental. Essa preservação, em certo sentido, depende mais da atuação direta e engajada dos diversos agentes sociais envolvidos com o seu processo de construção do que dos aparelhos públicos – estatais ou não – que se dedicam à sua sistematização. Essa parece ser também a sugestão de Nestor Garcia Canclini: “Talvez uma tarefa-chave das novas políticas culturais seja, tal como tentam certas performances artísticas, reunir de outras maneiras afetos, saberes e práticas. Reencontrar ou construir signos que representem, de modo crível, identidades de sujeitos que ao mesmo tempo querem, sabem e agem: sujeitos que respondam por ações e não perso-

nagens que representem marcas de entidade enigmática. Este é um núcleo dramático do presente debate cultural, ou seja, do sentido com que as opções de desenvolvimento social vêm se reelaborando”.⁹

O enfrentamento dessa questão tem levado o MinC a dedicar-se com atenção à continuidade das ações da Política Nacional de Museus, através do Plano Nacional de Cultura (PNC) e das demais ações que possam garantir o seu futuro, levando em conta as três seguintes diretrizes: cultura como direito, cultura como bem simbólico e cultura como ativo econômico.

Colocar em movimento e mesclar ideais, planos, desejos e sonhos guardados há tempos por diferentes atores sociais em seus “baús de prata”¹⁰ e buscar transformar a potência dessas energias em práticas concretas, em ações efetivas, sem perder a potência transformadora dessas energias, foi o grande desafio e o desejo dos gestores da Política Nacional dos Museus.

Vida longa para os museus! Essa é a nossa vereda tropical museal. 🏛️

9. Ver Garcia Canclini, Nestor. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p.265.

10. Expressão presente em uma das canções do Ministro Gilberto Gil. O “velho baú de prata dentro de mim” é uma espécie de museu que serve para preservar e comunicar saudades.